



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**280 anos da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais a Rio Grande -100 anos da entrada do Brasil na I
GM**

ANO 2017

Julho

Nº 223

As “vítimas” da Guerra Civil Americana (Guerra de Secessão – 1860/65) que escaparam para o Brasil

Há descendentes dos 10 mil confederados que vieram para o país (no século 19), fugindo da violência dos nortistas, em várias cidades brasileiras, como Rio Verde, Anápolis e Goiânia

(Edição 1965 de 3 de março a 9 de março de 2013 – Jornal Opção - Rua 26 nº 85, Qd. G13, Lt. 17
Setor Marista CEP: 74150 - 080, Goiânia – Goiás)

Euler de França Belém (JORNALISTA)

No livro “A Colônia Perdida da Confederação - A Imigração Norte-Americana Para o Brasil Após a Guerra de Secessão” (Nórdica, 168 páginas, tradução de Wilma Ronald de Carvalho), o diplomata norte-americano (nascido no Brasil) Eugene C. Harter diz que “leitores de ‘...E o Vento Levou’, de Margaret Mitchell, notaram que a ideia de Scarlett O’Hara de fugir para a América Latina foi mencionada duas vezes nas suas páginas”. Ficção? Nada disso. De 2.800 a 3.000 norte-americanos - a maioria do Sul do país (generais, coronéis, soldados e gente comum) - vieram para o Brasil entre 1865 e 1868.

Eram pessoas que, rejeitando a vitória do Norte do presidente Abraham Lincoln e fugindo dos violentos ajustes de contas, decidiram sair em definitivo do país.

A cantora Rita Lee Jones e a ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie Northfleet são descendentes de confederados. O sobrenome Lee, de Rita, é uma homenagem a Robert Lee, o mais importante general sulista. Parentes da mulher do ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, Rosalyn Carter, radicaram-se no Brasil (quando governador da Geórgia, Carter, acompanhado de Rosalyn, visitou Americana, em 1972).

O livro “Os Norte-Americanos (Confederados) do Brasil - Identidades no Contexto Transnacional” (Unicamp, 228 páginas), do historiador e antropólogo Alcides Fernando Gussi, relata que descendentes de confederados residem em Anápolis (um), Goiânia (um) e Rio Verde (dois).

Os confederados (e os não confederados) instalaram seis colônias no Brasil, entre 1865 e 1866. A de Santarém, no Pará, foi organizada pelo coronel Lansford Warren Hastings (que era nortista). O reverendo Ballard Dunn, Frank Mac Mullen e James Garton articularam as colônias de Juquiá e Xiririca, no Vale do Ribeira, em São Paulo. A colônia do Vale do Rio Doce, no Espírito Santo, teve como principal empreendedora a família de Gunther. No Paraná foi instalada uma colônia em Paranaguá. A colônia mais bem-sucedida, a de Santa Bárbara d’Oeste, em São Paulo,

foi liderada pelo coronel William Hutchinson Norris. Gussi assinala que os colonos de Santa Bárbara, produtores de algodão e aguardente, tinham mais recursos. “Cerca de 500 famílias chegaram a se estabelecer em Santa Bárbara entre os anos de 1866 e 1868”, escreve o antropólogo.

O número de confederados que vieram para o Brasil, 147 anos depois, ainda é motivo de discórdia entre os pesquisadores. É praticamente consensual que, entre 1865 e 1868, entraram no país de 2.800 a 3.000 norte-americanos. No geral, somando outros anos, a se aceitar o apontamento do historiador Gerald Horne, autor de “O Sul Mais Distante - Os Estados Unidos, o Brasil e o Tráfico de Escravos Africanos” (Companhia das Letras, 486 páginas, tradução de Berilo Vargas), cerca de 10 mil americanos vieram para o Brasil em decorrência da Guerra Civil Americana (1861-1865), ou Guerra de Secessão entre o Sul e o Norte dos Estados Unidos. Harter menciona 20 mil “mais ou menos”. Horne avalia que se trata de um número superestimado. Cyrus e James Dawsey escrevem: “Estima-se que entre 2 mil e 4 mil pessoas dirigiram-se para o Brasil nos anos seguintes a 1865. Talvez até metade desses emigrantes tenha voltado aos Estados Unidos na primeira década”.

Mas por que tantos americanos deixaram a “terra da promissão” em busca de outro lar definitivo? A maioria dos confederados que vieram para o Brasil era pobre, mas alguns tinham recursos, como William Norris, que se instalou em Santa Bárbara e ficou ainda mais rico com a plantação de algodão. Alguns ganharam dinheiuro com café. “O Brasil só atraiu dois confederados com a patente de general: Wallace W. Wood, do Mississippi, e A. T. Hawthorne, do Texas”, afirma Harter. Além de alguns coronéis e capitães, vieram vários soldados confederados.

Gussi explica o motivo da longa escapada dos confederados:

“A emigração foi a saída para recuperar o tempo perdido, destruído pela guerra. Constrói-se, então, o mito da reprodução de um modo sulista fora do lugar. [...] A escolha dos imigrantes do Sul pelo Brasil foi motivada pela possibilidade de adquirir terras. Os imigrantes vinham com a intenção de serem proprietários de terra”.

O antropólogo ressalva: “Nem todos os emigrantes estavam necessariamente vinculados à Guerra e à Confederação, pois os grupos de imigrantes eram bastante heterogêneos, não necessariamente grupos de sulistas e confederados”. Frank P. Goldman, no livro “Os Pioneiros Americanos no Brasil: Educadores, Sacerdotes, Covos e Reis”, anota: “Pelo menos um líder de emigração era nortista (Hasting) e muitos emigrantes não eram sulistas e alguns nem nativos dos Estados Unidos. [...] Alguns ricos, mas quase todos eram pobres, ficando mais pobres por causa da viagem”.

Harter, descendente de confederados, sustenta que “partir era o único ato de rebeldia contra o ianque conquistador”. O diplomata menciona George Washington Keyes, do Alabama, que, em 1869, escreveu para um amigo que havia ficado nos Estados Unidos: “Abandonei os Estados Unidos por causa da anarquia que haveria de se instalar, da pobreza que já batia às nossas portas e da desmoralização que pensei, e ainda acrediتو, que cobrirá a terra”.

Robert Norris, que lutou na guerra como confederado, disse a um visitante americano: “Vocês tornaram nossas vidas tão impossíveis nos Estados Unidos que fomos forçados a partir. Fomos bem recebidos aqui no Brasil. Esta, agora, é a nossa pátria e aqui permaneceremos”. Harter acrescenta: “Abandonados sob a ocupação militar e oprimidos pela psicologia da derrota, dominados por uma sensação de culpa e pela devastação econômica causada pela guerra, muitos julgaram não lhes restar outra escolha a não ser partir”. Detalhe curioso relatado por Harter: “Os americanos que partiram para o Brasil fizeram-no como colonizadores”. De algum modo, mas guardadas as proporções, repetiram os ingleses que, escorregados pela política (e religião) de seu país, “fugiram” para os Estados Unidos com o objetivo de construir uma nova nação.

O ensaio “O contexto da emigração sulista para o Brasil” (publicado no livro “Americans - Imigrantes do Velho Sul no Brasil”, organizado por John C. Dawsey, Cyrus B. Dawsey e James M. Dawsey, Editora Unimep, 324 páginas, tradução de Paulo Wisling), de Cyrus B. Dawsey e James M. Dawsey, afirmam que “o desapontamento em relação ao resultado da Guerra Civil foi a razão principal do movimento” em direção à terra de D. Pedro II. “Questões de honra e orgulho sulistas motivaram grande parte do êxodo”.

Cyrus e James Dawsey informam que “o governo latino-americano que deu o maior apoio [aos confederados] foi o do Brasil, sob o imperador D. Pedro II. [...] O Brasil tinha sido um forte aliado durante a Guerra Civil, tendo concedido status formal de beligerante à Confederação e dado abrigo e suprimentos a navios sulistas. [...] Mas eram oportunidades econômicas, mais do que afinidades culturais, que levaram os fazendeiros sulistas a emigrar para o Brasil. [...] Nem todos os que para cá migraram eram plantadores ou fazendeiros. Alfred I. Smith era professor de música e, entre os que viajaram para o país, havia exploradores, maquinistas, lojistas, médicos, dentistas, artesãos e trabalhadores”.

Horne não pensa como Gussi, Cyrus B. Dawsey, James M. Dawsey e, sobretudo, Harter. Segundo o professor da Universidade de Houston, os confederados vieram para o Brasil motivados pelo “ódio ao governo federal [dos EUA] e desejo de dar prosseguimento à escravidão africana. [...] Seu objetivo era usar o Brasil como trampolim para construir um novo império escravocrata”. A tese de Horne, um doutor em história, não encontra eco na literatura especializada. Horne não apresenta dados convincentes que justifiquem sua “teoria”. Apresenta apenas informações aleatórias, mas não uma ideia sólida de que os americanos pretendiam mesmo implantar no país um sistema escravocrata.

Horne destaca que, “perto de Petrópolis”, o capitão James Johnson, da Flórida, “comprou uma grande fazenda com sua quantidade de trabalhadores negros”, quer dizer, “muitos escravos brasileiros”. E acrescenta: “Russell, um proprietário rural de Louisiana, alugou uma fazenda com seus negros por dez anos. [...] O major Duncan McIntyre”, que plantava cana-de-açúcar, laranja e café, “comprou a fazenda Ipahiba, com 130 negros”. Portanto, segundo Horne, os confederados pretendiam “dar continuidade a um sistema - a escravidão - que não era legal nos Estados Unidos. [...]”

O Brasil, verdadeiro co-beligerante da CSA [Confederação] durante a Guerra Civil, agora aceitava receber os rebeldes mais retrógrados e rancorosos, junto com algum equipamento militar: teria sido negligência de Washington deixar de ver nisso mais um ato de beligerância”. (Horne apresenta uma informação que não encontrei noutras livros: em “1867, no Rio de Janeiro, um grupo de nortistas atacou e tentou queimar um moinho pertencente a sulistas”. O historiador não apresenta a razão do ataque).

A tese de Horne é contraposta por Cyrus e James Dawsey:

“A maior parte das evidências não confirma a hipótese de que a possibilidade de possuir escravos no Brasil teria sido um fator de persuasão importante para os migrantes. A escravidão ainda era praticada no Brasil em 1865, mas a importação de escravos não era permitida. Essa restrição causou o desapontamento de alguns negros americanos libertos que desejavam acompanhar seus antigos donos para o novo lar, mesmo sabendo que, assim fazendo, fatalmente voltariam à escravidão”.

A dissertação de mestrado de Gussi também contraria Horne: “A quantidade de escravos adquiridos pelos americanos foi insignificante”. O antropólogo cita Frank P. Goldman: “Somente 20% dos imigrantes adquiriram escravos para trabalhar em suas propriedades em Santa Bárbara”. Gussi frisa que no “cartório de Santa Bárbara estão listados 49 registros de americanos que compraram escravos no período de 1866 a 1880, totalizando 66 escravos”. Sua conclusão: “A utilização da mão de obra escrava foi bastante reduzida”. Se pretendiam restaurar o sistema escravista sulista, como sustenta Horne, os americanos não fizeram muita coisa prática para torná-lo realidade.

Harter também contradiz Horne:

“Se o desejo de continuar a possuir escravos tivesse sido o único motivo para se emigrar para o Brasil, os sulistas teriam achado muito mais fácil estabelecerem-se em Cuba, distante apenas um dia de viagem da Flórida, do que num país que se localizava a oito mil quilômetros de distância. A escravidão existia em Cuba” (abolida em 1886, dois anos antes da do Brasil).

“Era melhor conviver com negros do que com os ianques”, diz Harter.

Uma questão de estratégia

Rayanne Gabrielle da Silva

As estratégias bélicas atuais seguem continuamente os avanços tecnológicos vigentes. Contudo, os receios advindos do desenvolvimento nuclear na Guerra Fria, cuja ingênuia crença de interrupção da produção de armamentos - por meio de acordos de não-proliferação - revelou-se cada vez mais preocupante, prosperaram a tal ponto de estarmos à beira do precipício do uso indiscriminado de armas de quaisquer espécies, além da aplicação de técnicas sujas e desumanas para alcançar os objetivos almejados. A cada movimento militar nas chamadas áreas quentes do mundo percebe-se a fome das potências e suas aliadas para engajar-se em movimentos militares que geram ainda mais violência, independentemente de respaldo diplomático.

Três aspectos devem ser considerados aqui. O primeiro relaciona-se ao possível colapso da estratégia como arte. A aplicação da guerra total, a constância maior da assimetria nos conflitos e a ineficácia das sanções sobre o desenvolvimento e fabricação de armas de destruição não tem nos mostrado mais planejamentos e capacidade de mobilizações inovadoras, muito menos o surgimento de líderes militares originais. Estes não precisam necessariamente demonstrar seu saber durante campanhas, mas sim durante os períodos de paz armada, na tentativa de evitar a eclosão de guerras tão selvagens quanto as que assolararam o século passado.

A fabricação e aprimoramento das já existentes armas de grande potencial de destruição é o segundo aspecto elencado. A assimetria inicia-se antes mesmo de eclodir o conflito: quem desenvolve mais ciência e tecnologia, mais chances de ser poderoso belicamente se torna – ou assim espera-se. Não é preciso ser uma grande potência como os Estados Unidos: vejam-se os exemplos da Índia e do Paquistão, os principais desenvolvedores de armamento nuclear do Sudeste Asiático. Ou a Coreia do Norte, longe de figurar como uma potência econômica no cenário internacional, preferindo utilizar-se de dissuasão agressiva para comprovar a todos de que se trata de uma potência nuclear sem ser.

O último aspecto é um questionamento: estamos hoje dando lugar, finalmente, a um mundo multilateral, no qual todos os atores envolvidos são capazes de se destruir – e a todo o planeta, em um cenário apocalíptico - belicamente? Torna-se difícil, portanto, precisar os rumos globais oriundos das intervenções armadas ou não das potências e governos atuais. Até isso é uma questão de estratégia.



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis
AHIMTB/RS
lecaminha@gmail.com

Acesse os nossos sites:
www.ahimtb.org.br
www.acadhistoria.com.br

E o do Núcleo de Estudos Estratégicos do CMS
www.nee.cms.eb.mil.br